

# PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

O MUNICÍPIO QUE VOCÊ QUER...

ÉTICA, AÇÕES E SOCIEDADE

## Metodologia

### Elaboração do Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Municipal



**BRA10-36803**

**Projeto 00106637**

**Elaboração de Metodologia e de Guia para Implementação de Planos Diretores  
Participativos de Desenvolvimento Urbano no Estado de Mato Grosso**

**RELATÓRIO 03**

**Eduardo Cairo Chiletto**

**Metodologia e Guia  
para  
Elaboração do Plano Diretor Participa-  
tivo de Desenvolvimento Municipal em  
106 Municípios do Estado de Mato  
Grosso**

**BRA10-36803  
Projeto 00106637**

**Elaboração de Metodologia e de Guia para Implementação de Planos Diretores  
Participativos de Desenvolvimento Urbano no Estado de Mato Grosso**

**RELATÓRIO 03**

## DEZ/2018

### Sumário

Apresentação .....	1
Introdução .....	4
1. PRINCÍPIOS .....	11
2. Objetivo: .....	16
2.1. Objetivo Específico.....	16
2.1.1. Atividade .....	16
2.2. Construir o Plano Diretor: Atividade participativa.....	17
3. METODOLOGIA.....	19
3.1. Estratégias de Ação.....	20
3.1.1. Proposta Metodológica: Conteúdo.....	20
3.1.2. Diagnóstico .....	30
3.1.3. Estratégias de Ação .....	36
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
4.1. Resumo do Escopo dos Serviços: .....	41
4.1.1. Cronograma Proposto.....	42
5. REFERÊNCIAS .....	45

## Apresentação

O grande desafio a ser alcançado será o de promover o acesso universal ao conteúdo da nossa proposta metodológica de **elaboração e implementação**, dos que denominamos de Planos Diretores Participativos de Desenvolvimento Municipal, para os municípios com população inferior a 20 mil habitantes em Mato Grosso, a qual estenderá os benefícios do planejamento e ordenamento territorial à toda a população com foco na **Economia Verde**. Esta que objetiva contribuir para a transformação equitativa e sustentável das estruturas com a finalidade de **alcançar a sustentabilidade ambiental, a criação de empregos decentes, a redução da pobreza e a melhoria do bem-estar humano**, assim como oportunizar novos caminhos, melhorando a vida das pessoas através da implementação dos 17 (dezesete) **ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável** e da **Nova Agenda Urbana** da ONU, com ações para acabar com a **pobreza**, promover a **prosperidade** e o **bem-estar** para todos, proteger o **meio ambiente** e enfrentar as **mudanças climáticas**.

Proporcioná-los, de forma equânime, a todos os municípios e à sociedade mato-grossense demandará o envolvimento articulado dos diversos segmentos sociais e econômicos que serão envolvidos na parceria com o poder público, em particular com os 18 (dezoito) órgãos públicos que compõem a Rede de Controle do Estado de Mato Grosso, além da FIEMT – Federação das Industrias no Estado de Mato Grosso e do SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Esta nova metodologia para Planos Diretores está relacionada de forma indissociável à promoção da qualidade de vida, ao desenvolvimento econômico da região, aos empregos verdes, bem como ao processo de proteção dos ambientes naturais e construídos. Nesse sentido, é imprescindível desenvolver ações de **sensibilização/mobilização/capacitação social** que possibilitem a compreensão sistêmica que a questão exige, estimulando a participação popular, com o intuito de conscientizá-la e comprometê-la com o enfrentamento dessa questão.

Na busca pela elaboração e implementação do Plano Diretor em cada município é fundamental estimular um olhar atento à realidade onde se vive, uma vez que para transformá-la é essencial que a população conheça os diferentes aspectos relacionados ao espaço municipal (urbano e rural), territorial (através dos Consórcios Intermunicipais) e sua infraestrutura. Participe ativamente dos foros onde serão tomadas as decisões sobre as prioridades de intervenções, empreendimentos e exerça controle social, em parceria com a Rede de Controle do Estado de Mato Grosso, ao longo de todo o processo.

Fazer planejamento territorial é definir o melhor modo de ocupar o sítio de um município, prever os pontos onde se localizarão atividades, e todos os usos do espaço presentes, planejando o futuro. Pelo planejamento territorial pode-se dialogar com os diversos municípios que compõem os Consórcios Intermunicipais, convertendo a cidade e as comunidades rurais em benefício para todos; podem-se democratizar as oportunidades para todos os moradores; podem-se garantir condições satisfatórias para financiar o desenvolvimento municipal – urbano e rural; e podem-se democratizar as condições para usar os recursos disponíveis, de forma pública e sustentável.

Nesses termos, o Plano Diretor será discutido e definido como instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento territorial dos municípios com população inferior a 20 mil habitantes do Estado de Mato Grosso.

Os Planos Diretores de cada um desses municípios, portanto, deverão interagir com as dinâmicas dos mercados sócio-econômicos-ambientais locais e regionais. Nesse sentido é que se pode dizer que os Planos Diretores contribuirão para reduzir as desigualdades regionais e sociais – porque redistribuirão os riscos e os benefícios da urbanização no território (zonas urbanas e rurais).

Sendo assim, será necessário, neste caso, inverter a lógica existente hoje de ações pontuais, que muitas vezes privilegiam poucos em detrimento do planejamento estratégico. Assim como rever os Planos Diretores existentes que focam em “diretrizes utópicas” para Planos Diretores que focam em “ações reais”, transitando para um processo no qual a população e o setor empresarial, imbuídos da responsabilidade de agir, se organizem, busquem conhecer de forma aprofundada as suas realidades e, a partir da leitura feita (diagnóstico), demandar ações pautadas nas prioridades da sociedade, sobretudo no que se relacionar com trabalho, emprego e renda para a população.

Segundo Brasil (2011c, p. 62) “não se planeja algo que não se conhece, o ato de planejar pressupõe certo domínio e conhecimento sobre o objeto”.

Desta forma, o processo de planejamento pode ser balizado por sete questões essenciais:

- Qual é o objeto a ser planejado?
- Quais são os sujeitos do processo de planejamento?
- Sob quais pressupostos o planejamento será realizado?
- Quais são os objetivos do Plano?
- Qual é a metodologia que será utilizada para a sua elaboração?
- Qual é a viabilidade do Plano?
- Qual o alcance que se pretende?

Para atingir este processo de planejamento e desenvolver o crescimento socioeconômico-ambiental do município há necessidade de que o Plano Diretor aqui proposto possa promover, entre outros, 4 (quatro) conjuntos de resultados na sua implementação:

1. Os atores da sociedade, com destaque aqui para a setor empresarial local, terem reforçado e integrado objetivos em ECONOMIA VERDE e alinhado metas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da economia e planejamento;
2. Os gestores municipais, os setores da indústria, comércio e serviços, as organizações não governamentais e demais atores sociais, deverão implementar reformas setoriais e temáticas baseadas em evidências e em consonância com a ECONOMIA VERDE e com a Nova Agenda Urbana;
3. Promover capacidades individuais para a população, instituições e capacidades de planejamento e ações em ECONOMIA VERDE; e
4. Ampliar e diversificar a base de conhecimento para avanço da ECONOMIA VERDE.

O processo de planejamento e sua transformação acontecem no momento em que a sociedade, ao olhar de forma crítica para os aspectos que influenciam sua qualidade de vida, reflete sobre os fatores sociais, políticos, econômicos e ambientais que originaram o atual cenário e, ao agir, busque modificá-los de forma a melhorar sua performance e, conseqüentemente, a qualidade de vida da população, principalmente daqueles que são “despossuídos” e não tem voz.

Partindo desta premissa, a proposta metodológica a ser apresentada para a elaboração e implementação dos **Planos Diretores Participativos de Desenvolvimento Municipal**, nos municípios com população inferior a 20 mil habitantes no Estado de Mato Grosso, e que possui abrangência no Consórcio Intermunicipal, espera contribuir para a formação de cidadãos comprometidos em atuar coletivamente rumo à construção de sociedades sustentáveis e resilientes, como preconizam os ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

É preciso mais que sonhar.... É preciso agir para a construção de um futuro melhor e mais justo. Urge, pois, “identificarmos as questões prioritárias, refletirmos sobre as possibilidades de atuação e construirmos processos organizados de participação da sociedade para construção coletiva”.

A fim de que possamos compatibilizar o crescimento socioeconômico do município com as questões ambientais, trabalhou-se a metodologia com foco na: **Mitigação das Mudanças Climáticas**, protegendo o **Meio Ambiente** com uma **Economia de Baixo Carbono**, assim como e, sobretudo, na garantia do **emprego pleno/produtivo e trabalho decente/digno para todos**.

A proposta metodológica que iremos apresentar oportunamente, pretende ainda ser um convite à participação da sociedade, ao cidadão, aos gestores municipais, ao empresariado, aos empreendedores, às donas e donos de casa, aos pais e as mães desempregadas, às pessoas portadoras de necessidades especiais, aos “moradores de rua”, às comunidades rurais, e a todos aqueles que de alguma forma se sentem despossuídos de seus Direitos Constitucionais, para que, com total abertura ao diálogo, às diferenças e às diversas possibilidades que certamente surgirão no decorrer da caminhada, possam expor os sonhos de se viver em um “habitat” adequado com espaços dignos, por meio de soluções compatíveis com a natureza das demandas socioeconômicas e culturais de todos os grupos que compõem a nossa sociedade.

O que me fez lembrar da poesia de Antônio Machado: “.... caminhante, não há caminho, se faz caminho ao andar ....”

Que o direito a esta caminhada, ao caminho que se pretende andar e as conquistas e mudanças almejadas a serem alcançadas sejam para todos, o direito de se ter um lugar para se viver, sonhar, trabalhar e morar com dignidade, alegria e esperança!

Eu acredito!!! E preciso de ajuda de quem também acredita...

**Eduardo Cairo Chiletto**

Coordenador na PAGE-MT – The Partnership for Action on Green Economy

## Introdução

Segundo relatório da ONU, duas em cada três pessoas que vivem nas cidades latino-americanas estão em condições de pobreza. Esse fato, alinhado juntamente com a crescente importância do impacto do crescimento desordenado das cidades sobre o meio ambiente, o “abandono” da população rural e a alta vulnerabilidade dos municípios de Mato Grosso que possuem população inferior a 20 mil habitantes e ainda apresentam evidentes limitações financeiras, nos obrigam a refletir sobre o conceito de sustentabilidade no desenvolvimento urbano, rural e regional.

Conceber um mecanismo legal que oriente a sociedade e o poder público municipal desses pequenos municípios, para a tomada de decisão adotando por base os interesses coletivos, me parece fundamental. Isso se quisermos evitar os graves problemas urbanos, rurais e ambientais (poluição do solo, escassez dos recursos hídricos, poluição sonora e visual, surgimento de periferias urbanas desprovidas de infraestrutura e serviços de qualidade, entre outros...) que são identificados nas cidades médias e grandes do país com tal complexidade que as soluções se fazem onerosas e difíceis, sendo sempre a população penalizada.

Esta constatação nos induz a algumas análises.

Não vindo os gestores municipais, com poucas exceções, no histórico processo de urbanização dos municípios de Mato Grosso, a resguardar a vulnerabilidade da biodiversidade Mato-grossense que possui 03 (três) ecossistemas: Pantanal, Cerrado e Floresta Amazônica, a ocupação territorial desenfreada sem planejamento passou a se configurar como uma das formas mais agressivas e de agravamento das patologias urbanísticas e territoriais ao meio ambiente urbano e rural, afetando diretamente a qualidade de vida da sociedade.

Nesses municípios com população inferior a 20 mil habitantes, segundo o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal, podemos dizer que existe uma governabilidade local caracterizada por desequilíbrios fiscais verticais, horizontais e baixa capacidade institucional, que resultam em um desenvolvimento “insustentável”. Então, um dos questionamentos que podemos aqui fazer é: A implantação de um Plano Diretor pode se configurar como um processo de Desenvolvimento Sustentável para estes municípios com população inferior a 20 mil habitantes?

Neste contexto de pequenos municípios, podemos ainda fazer as seguintes indagações: Qual o papel dos gestores municipais e do Estado no processo de planejamento municipal? Qual a função e o que é um órgão de planejamento na perspectiva de um processo altamente politizado de construção de Plano Diretor Participativo?

Ainda que não tenhamos dados estatísticos consolidados, os processos e design de Planos Diretores que ocorrem no Brasil, e em especial no Estado de Mato Grosso, são em sua maioria realizados fora das administrações locais por outros agentes que não

vivenciam cotidianamente os problemas locais urbanos e rurais e/ou não possuem vínculo direto com a gestão municipal.

Se agrava o quadro quando percebemos que muitos desses municípios, em Mato Grosso, não possuem renovação de seus quadros técnicos estáveis nos órgãos de planejamento e que os pequenos municípios, muitas vezes, nem quadros técnicos qualificados possuem.

Segundo dados do CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo (2018), o Estado de Mato Grosso possui 2.047 (dois mil e quarenta e sete) arquitetos registrados. Desses somente 9% se encontram nos municípios com população inferior a 20 mil habitantes. Ou seja, segundo a Lei 12.378 de 31/12/2010 que regulamentou o exercício da Arquitetura e Urbanismo no Brasil e da Resolução 51, de 12 de julho de 2013, que dispôs sobre as áreas de atuação privativas dos arquitetos e urbanistas e as áreas de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas, nos diz que é privativo dos arquitetos e urbanistas: a **coordenação de equipe multidisciplinar de planejamento concernente a plano ou traçado de cidade, plano diretor**, plano de requalificação urbana, plano setorial urbano, plano de intervenção local, plano de habitação de interesse social, plano de regularização fundiária e de elaboração de estudo de impacto de vizinhança.

Vejamos, desses 106 municípios que atualmente possuem população inferior a 20 mil habitantes, segundo IBGE, somente 45 municípios possuem profissionais legalmente habilitado para coordenar um Plano Diretor, ou seja, 58% dos municípios pequenos não teriam condições de coordenar seus Planos Diretores com profissionais locais.

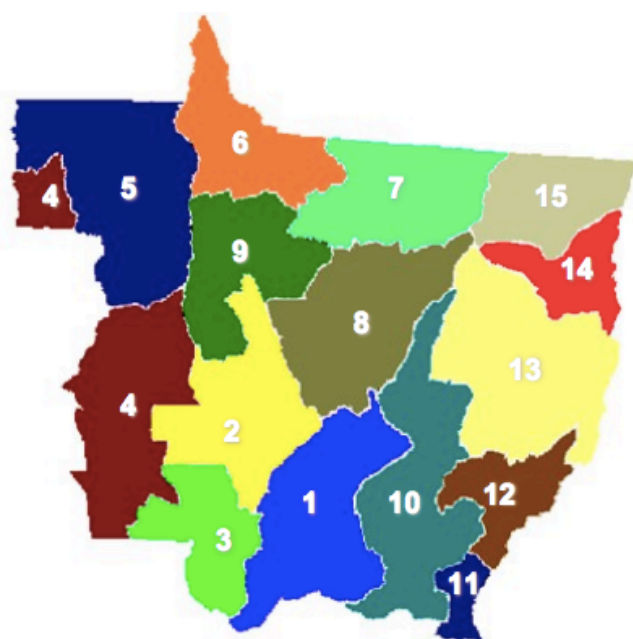
Mas qual o perfil desses 191 profissionais urbanistas para atuar em um processo de planejamento que ultrapassa a dimensão técnica e se amálgama nas questões sociais (filosofia, antropologia, sociologia, enfim... – aqui entendidas como aquelas relacionadas com a estrutura da sociedade, incluindo os conflitos e os interesses dos membros das comunidades, e que estão além do controle individual e, como por exemplo para citar algumas: pobreza, violência, poluição, injustiça, supressão dos direitos humanos, discriminação e criminalidade) e ainda a dimensão política?

E como resolver essa situação excêntrica já que os municípios, independente da sua população, necessitam ter um plano que direcione as questões sócio-econômico-ambientais urbanas e rurais, e de infraestrutura, sem abrir mão da gestão local?

A resposta é simples e está no pertencimento e engajamento dos 15 (quinze) Consórcios Intermunicipais existentes no Estado, que podem e devem implantar políticas de planejamento regional, à aplicação de funções regulatórias e à realização de serviços de interesse comum e na capacitação dos coordenadores (Arquitetos e Urbanistas), neste nosso caso da metodologia proposta, em Economia Verde, nos ODS e na Nova Agenda Urbana.



## ESTADO DE MATO GROSSO



**Total de Municípios: 141**

### Consórcios Intermunicipais

1	Vale do Rio Cuiabá
2	Alto do Rio Paraguai
3	Complexo Nascentes do Pantanal
4	Vale do Guaporé
5	Vale do Juruena
6	Vale do Teles Pires
7	Portal da Amazônia
8	Alto Teles Pires
9	Vale do Arinos
10	Região Sul
11	Nascentes do Araguaia
12	Portal do Araguaia
13	Médio Araguaia
14	Araguaia
15	Norte Araguaia

Então temos que repensar a metodologia hoje empregada na elaboração dos Planos Diretores proposto pelo MCidades para os municípios com população superior a 20 mil habitantes, para uma nova metodologia para os municípios que possuem população inferior a 20 mil habitantes. E concordo com o colega Flávio Villaça em seu artigo “*As ilusões do plano diretor*”, pois os mesmos também sofrem dos próprios tropeços por serem demasiadamente complicados e tecnicistas. E seu destino, por não terem a característica de um **Plano de Ação**, acabam por serem engavetados, colocados em prateleiras repletas de poeira pelas gestões que se sucedem, mesmo sendo Lei.

Planos Diretores deveriam ter o papel de direcionar a maneira como as cidades irão crescer a curto, médio e longo prazos, garantindo ações sistemáticas para que as cidades sejam inclusivas – boas – para todos seus habitantes viverem.

Em Mato Grosso os Planos Diretores existentes, na sua maioria, foram corrompidos desde o início do processo de construção, basicamente e principalmente pela relação das forças existentes, que nestas terras do Guarda-Mor Pascoal Moreira Cabral, carecem, devem e precisam amadurecer no caminho da ética e do controle social, pelo sistema político vigente.

Isso seria possível? Qual desenho institucional é necessário para incorporar um processo participativo e de controle social? E o que venha a ser um Plano de Ação?

Quando pensamos em cidades, muitas vezes, pensamos em um conjunto de edificações agrupadas, skyscrapers, carros circulando livremente, enfim.... Mas esquecemos do principal elemento integrante e fundamental das cidades, o componente que as define e que diferencia uma cidade da outra, que são as **pessoas e sua cultura**.

E quando se foca nas peessoas, a temática da sustentabilidade adquire uma perspectiva, um prisma e uma ótica única, pois passamos a agregar dois valores únicos que se chamam história e cultura. Sendo assim, o Desenvolvimento Sustentável – entendido além do meio ambiente, ou seja, social, fiscal, institucional e econômico – passa a requerer a construção de cidades para as pessoas. Cidades mais seguras, vibrantes, charmosas, sedutoras, encantadoras, fascinantes, interessantes e atraentes para se viver. Cidades singulares!!!

Se há problemas no dia a dia desses pequenos municípios multifacetados do Estado de Mato Grosso, que enfrentam grandes desafios em várias dimensões e que perpassam por questões urbanas, rurais, ambientais, econômicas, sociais e fiscais, acredito que as soluções desenvolvidas também precisam adotar essa perspectiva multifacetada e os gestores locais devem conhecer e escutar com mais atenção a sociedade e efetivamente elaborar um Plano de Ação dentro dos novos Planos Diretores Participativos, que aqui vou denominar de **Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Municipal**, que diferentemente dos tradicionais Planos Diretores, deve-se trabalhar as cidades pequenas e a territorialidade rural, de modo singular, especial, único pois a relação espaço/tempo/sociedade é infinitamente distinta das cidades médias e grandes abarcadas pelos tradicionais Planos Diretores.

Desejamos aqui que esta metodologia proposta para os **Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Municipal**, nos municípios com população inferior a 20 mil habitantes, possa ser efetivamente **Planos de Ação** que reflitam as angustias, desejos e sonhos da sociedade.

O **Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Municipal** representa uma renovação de entusiasmo nas pessoas que querem percorrer a cidade e o campo de forma conectada e ver efetivamente seus problemas urbanos e rurais resolvidos, pois ele tem por escopo as ações a serem executadas, com o efetivo controle social.

As intervenções propostas devem ser implementadas com o interesse e apoio público, o que, conseqüentemente, melhorará sua implementação e a sustentabilidade pelo acompanhamento da população das ações ao longo do tempo.

O **Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Municipal** se baseia na participação pública, na vontade da população e no controle social, inclusive com a participação efetiva dos 18 (dezoito) órgãos que compõem a **Rede de Controle do Estado de Mato Grosso**, a saber: Superintendência da Polícia Federal em Mato Grosso (Spf-Mt); Tribunal de Contas da União; Receita Federal do Brasil (Rfb); Ministério Público Federal – Procuradoria da República em Mato Grosso (Mpf/Pr-Mt); Controladoria-Geral da União – Controladoria Regional da União em Mato Grosso (Cgu-Mt); Advocacia-Geral da União (Agu); Caixa Econômica Federal (Cef); Controladoria-Geral do Estado de Mato Grosso (Cge-Mt); Ministério Público do Estado de Mato Grosso (Mpe-Mt) Ministério Público de Contas de Mato Grosso (Mpc-Mt); Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (Tce-Mt); Procuradoria Geral do Estado; Gabinete da Transparência e Combate à Corrupção; Controladoria-Geral do Município de Cuiabá; Procuradoria-Geral do Município de Cuiabá; Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso (Cau-Mt); Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso (Crea-Mt); Tribunal Regional Eleitoral.

As ações pactuadas e inseridas no Plano revelarão a oportunidade para que as pessoas expressem suas opiniões e, por ter triagens em diferentes regiões da cidade e no campo, alcançam pessoas que geralmente não participariam em outros tipos de fóruns promovidos pelo setor público.

A grande diferença entre os Planos Diretores tradicionais para população acima de 20 mil habitantes, e o **Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Municipal**, aqui proposto para municípios de menos de 20 mil habitantes, está na participação efetiva da população e controle social, inclusive nas parcerias com **Órgãos de Controle**. É basicamente pensar em um plano simples, mas efetivamente de ações e que não se submerja em tecnicismos e burocracias, e ainda, que coloque com firmeza os princípios e os anseios elencados com a participação da sociedade e de uma urbanidade democrática e socialmente justa.

Exemplificando: Corroborando mais uma vez com Flávio Villaça, posso aqui afirmar que a grande diferença entre os Planos existentes e a nova proposta metodológica está entre a maioria da população que atuou no debate dos interesses das minorias, e a ínfima minoria da população que compareceu e quase nada debateu sobre os problemas de interesse da maioria da população, mas que fez valer em detrimento dos interesses da sociedade, os interesses de grupos financiadores da política local.

Desta forma, com a efetiva participação da **Opinião Pública** e do **Controle Social**, e dos órgãos que compõem a **Rede de Controle do Estado de Mato Grosso**, conseguiremos incorporar as perspectivas e expectativas dos diversos grupos que compõem a sociedade, e não somente de alguns, no processo de priorização das áreas que vão fazer parte do Plano de Ação do **Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Municipal** dos 106 municípios com população inferior a 20 mil habitantes no Estado de Mato Grosso.

E volto a dizer que não podemos esquecer, e seria um grande erro fazê-lo, da escassez de recursos orçamentários. E por este motivo, existe a necessidade de priorizar os temas e indicar onde é melhor alocar os recursos. Ou seja, na pactuação com a sociedade deve-se implementar alternativas de priorização e quantificar os benefícios sócio-econômico-ambientais que resultarão da intervenção e quais delas trarão mais ganhos para a sociedade, incluindo nessa análise, além dos benefícios financeiros, as externalidades sociais.

Fator de extrema importância na implementação das alternativas de priorização, já elencadas aqui, está relacionada aos **Empregos Verdes**, a questão econômica. Se sugere relacionar a cada um dos temas elencados como prioritários o fator econômico no PIB – Produto Interno Bruto do município, com a capacidade de geração de **trabalho, emprego e renda**, e com a potencialidade de aumento da competitividade.

Municípios que não proporcionam sustentabilidade econômica, social e ambiental não irão atrair investimentos privados. Consequentemente, será muito difícil gerar trabalho produtivo, emprego e renda, e sem isso esses 106 municípios continuarão crescendo ou decrescendo de forma desordenada, não havendo outro caminho senão a sociedade procurar indubitavelmente, a informalidade para sobreviver, construindo por exemplo suas casas sem orientação técnica, se utilizando de “gatos” na efetivação de serviços de

energia elétrica, como exemplos. Este modelo de cidade é ingerenciável e não consegue atender as necessidades ou mesmo os anseios de seus moradores.

Esta informalidade conduz a sociedade para prática da não cidadania, e evidencia a impossibilidade do poder público municipal de promover a adequada cobrança de impostos que reverteriam-se em infraestrutura urbano-rural. Concludentemente, sem ela o caminho lógico é mais pobreza, mais desigualdade e a uma perpetuação de um ciclo vicioso e maléfico à sociedade.

A concepção de uma proposta, com a garantia da especificidade para cada município, de um modelo de **Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Municipal – PDPDM** para os municípios com população inferior a 20 mil habitantes viria a quebrar esse ciclo pernicioso e garantir que as pequenas cidades passassem a ser norteados pelo planejamento e gestão. Se garantiria assim a formalidade, a competitividade para a geração de trabalho, renda e empregos produtivos e sustentáveis: os **Empregos Verdes**.

Portanto, não é exagero dizer que a sustentabilidade do nosso Estado depende, em grande parte, da sustentabilidade de 75% dos municípios mato-grossenses que possuem população inferior a 20 mil habitantes. E nisto está a importância deste trabalho.



## 1. PRINCÍPIOS

O **Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Municipal** está alicerçado pela participação da sociedade, ou seja, pelo **Plano de Sensibilização/Mobilização/Capacitação**, anexo, que integra este alvitre e se faz essencial.

Como já elencado, a democracia como direito fundamental se concretiza na decisão tomada por toda uma comunidade de construir e viver uma qualidade social onde os Direitos Humanos e a vida digna sejam possíveis para todos, como está explicitado nos primeiros artigos da Constituição Brasileira.

Nosso objetivo é o de elaborar uma metodologia para os Planos Diretores Participativos dos municípios com população inferior a 20 mil habitantes, em que o controle social é colocado como imprescindível – indispensável - à sua elaboração e implementação.

Dizemos que para alcançar o objetivo, a participação da sociedade, deve partir do conhecimento dos problemas urbanos e rurais, gerando um consenso sobre o futuro desejável e a inclusão social na cidade e no campo.

Mato Grosso possui 0,87% como média da Taxa de Crescimento Geométrico nos municípios com população inferior a 20 mil habitantes. Este crescimento se reflete em uma série de desafios enfrentados pelas pequenas cidades, inseridas nos 15 (quinze) Consórcios Intermunicipais, para garantir seu desenvolvimento sustentável.

Com relação ao emprego, a população desempregada em 2015 atingiu a marca de 147.950 trabalhadores. O setor que mais apresentou desemprego foi na **Agricultura**, que apresentou menos 8.850 trabalhadores, em relação ao 4º trimestre de 2015. Já em relação ao mesmo período do ano anterior (1º trimestre de 2015) são menos 30.385 trabalhadores empregados nesse setor. Seguido da **Indústria Geral**, que registrou 4.949 trabalhadores a menos em relação ao último trimestre de 2015 e menos 23.440 na comparação com o 1º trimestre de 2015.

No Setor da **Construção**, em 2015, foram 12.008 empregos a menos em relação ao último trimestre de 2015 e com menos 26.358 em relação ao mesmo período de 2015. De lá para cá com a crise econômica e política que assola este país, a situação só piorou

Atualmente a sociedade não objetiva atingir unicamente metas de crescimento econômico, mas garantir políticas sociais e ambientais correlatas, com a perspectiva de que o “progresso” não se constitua um fardo com o consequente agravamento dos problemas urbanos, rurais e ambientais.

Os pequenos e emergentes municípios de Mato Grosso abarcam atualmente cerca de 900 mil habitantes. Quase um terço da população Mato-grossense produzem um grande núcleo de atração de empregos, de recursos humanos e de novos investimentos.

Esses pequenos municípios, vários deles sem terem o devido respaldo e acompanhamento da política estadual estão adquirindo cada vez maior importância econômica em

relação à capital e às demais médias cidades do Estado. Hoje eles já respondem por 35% do PIB, ou seja, mais que 1/3 do PIB de Mato Grosso.

Como eles reúnem não só um importante e alto percentual da população, mas também grande parte da atividade econômica, a sustentabilidade territorial (urbana e rural) é essencial para que se promova o desenvolvimento adequado para as futuras gerações, e para que o município ofereça à população as melhores condições de vida.

As exigências dos cidadãos hoje se estendem às possibilidades inúmeras que cada município pode oferecer em termos de qualidade do ar e água, espaços públicos agradáveis de convivência (parques, praças, jardins, observatórios, entre outros...), cultura e lazer, além da prestação adequada dos serviços de educação, saúde, segurança e transporte, estes que normalmente são percebidos pela população.

Nossa preocupação se dá quando percebemos que os excelentes PIBs municipais não encontram correspondência no IDH. Podemos citar como exemplos municípios com população inferior a 20 mil habitantes como Santo Antônio do Leste (cerca de 4.800 hab.) que possui um PIB relativamente alto de R\$ 330 milhões, mas com um IDH baixíssimo de 0,655. E, também identificamos igualmente municípios com população acima de 20 mil habitantes, como Canarana (cerca de 21.000 hab.), com expressivo PIB = R\$ 717 milhões (alto) e contrastante IDH = 0,693 (baixo).

Essa constatação comprova nossa afirmação que crescimento econômico não necessariamente corresponde à qualidade de vida e outros fatores precisam se agregar nessas ações para que os cidadãos sejam plenamente atendidos em suas necessidades. Alinhado a isso, com o crescimento urbano que ocorre em Mato Grosso que historicamente aconteceu em quase todos os municípios de forma desordenada, com raríssimas exceções como, por exemplo, Lucas do Rio Verde, temos aí uma grande e difícil equação para resolver.

Os nossos pequenos municípios crescem de maneira desarticulada, com baixa densidade demográfica e alta segmentação. A falta de planejamento – como já dito – ou de condições de executá-lo adequadamente, continua paulatinamente a gerar exclusão social e efeitos negativos dos quais podemos citar: o surgimento de locais desprovidos de infraestrutura onde a população se instala em assentamentos precários, muitas vezes em áreas de risco ou de preservação ambiental, por falta de uma política regional adequada de habitação. E essa iniciativa de sobrevivência, que ocorrem por falta das respectivas políticas de habitação, saneamento e transportes, geralmente prejudica a população como um todo, quando segmentos diversos ocupam beiras de córregos, áreas de mananciais ou áreas de preservação.

Quando a cidade se dá conta o processo de instalação dessas pessoas é irreversível, tão difícil e oneroso que só é possível computar os danos sem conseguir resolvê-los. Cito como exemplo a ocupação das margens das reservas Billings em São Paulo, que compromete a qualidade do abastecimento de água da cidade.

Em Mato Grosso podemos citar, como exemplo, o esgoto “in-natura” lançado pelos municípios ribeirinhos da Região do Araguaia, denominada “Vale dos Esquecidos”, no Rio Araguaia. Este (esgoto “in-natura”) em um futuro bem próximo irá comprometer

significativamente o turismo na região e a qualidade do abastecimento de água das cidades a jusante. Também podemos mencionar a completa ou parcial ausência de serviços rurais, urbanos e sociais em níveis adequados para atender a população; a falta e os problemas de segurança pública; o sucateamento ou a falta de hospitais regionais por falta de gestão ou de repasses constitucionais.

Arriscaria dizer que as soluções, para os municípios com população inferior a 20 mil habitantes no Mato Grosso, que compõem os Consórcios Intermunicipais, requerem uma visão ampliada global, mas sobretudo **regional** do desenvolvimento territorial, visando atender aos diversos objetivos que impõem uma estratégia de desenvolvimento sustentável – contemporâneo e com metas futuras bem estabelecidas, balizadas na gestão e planejamento, com bons indicadores de acompanhamento.

Contudo, as cidades e as zonas rurais desses pequenos municípios de Mato Grosso enfrentam o grande desafio de gerar seus recursos para satisfazer as demandas dos cidadãos por bens públicos.

Se Analisarmos o índice de Gestão Fiscal, ou seja, as formas como os tributos pagos pela sociedade são administrados pelas prefeituras, relativo a Receita Própria, se constata que 90% desses pequenos municípios estão com suas gestões fiscais críticas com um índice médio de 0,2506 (índice este que varia de 0 a 1, onde 1,0000 é Gestão de Excelência).

A solidez fiscal dos governos municipais em Mato Grosso é uma condição necessária para a sustentabilidade territorial e conseqüentemente a qualidade de vida nas cidades e no campo.

Os municípios são os responsáveis pela prestação de grande parte dos serviços locais. No entanto, grande parte deles depende de transferências da União e do Estado, traduzindo-se em uma excessiva dependência das transferências advindas (desequilíbrios verticais) e diferenças entre as próprias cidades do mesmo Consórcio Intermunicipal com municípios com maior base econômica e municípios com menor base econômica (desequilíbrios horizontais). E mesmo que utilizem de forma adequada suas próprias fontes de renda, necessitam e muito de recursos para investimentos.

Na maioria das circunstâncias, a base tributária é precária e explorada muitas vezes de forma inapropriada, não colaborando com a geração dos seus recursos próprios necessários para atender, de forma adequada, às demandas impostas pela infraestrutura necessária e melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

Os problemas gerados pela instabilidade na gestão fiscal estão se agravando a cada ano, em especial nas áreas diretamente ligadas ao saneamento básico (drenagem de águas pluviais, coleta e tratamento de resíduos sólidos, esgotamento sanitário e proteção das fontes hídricas que abastecem as cidades e comunidades rurais), que reflete diretamente na área da Saúde Pública por uma crescente pressão a demanda por mais recursos para construção de novos postos de saúde e hospitais regionais.



Tudo isso está ligado, em rede, à forma de gerir a cidade: a Gestão fiscal, a governabilidade e a transparência, impactando diretamente em deficiências nos serviços prestados aos cidadãos.

Podemos então observar que os problemas de gestão das administrações municipais, desses pequenos municípios que possuem população inferior a 20 mil habitantes, são generalizados e incluem a falha dos sistemas financeiros e administrativos internos (capacitação dos gestores locais), a ausência de controles efetivos sobre os serviços públicos (falta de indicadores e participação popular efetiva) e a escassa capacidade de planejamento.

Enfim, para resumir, o que ocorre em matéria de Gestão podemos dizer que existe hoje uma governabilidade local caracterizada por desequilíbrios fiscais verticais, baixa capacidade institucional e praticamente nenhum controle social, que resultam em um desenvolvimento “insustentável” do município, derivando em grande número de assentamentos irregulares, habitação sem qualidade, insegurança pública, informalidade social e econômica, falta de trabalho, emprego e geração de renda, assim como a segmentação no acesso a serviços básico de infraestrutura e na precariedade da saúde pública, com raras exceções.

O caminho aqui proposto, nesta metodologia, está na efetivação de ações nos 15 (quinze) Consórcios Intermunicipais com a implantação de políticas de **planejamento regional**, à aplicação descentralizada de funções regulatórias via consórcios intermunicipais com a realização de serviços de interesse comum importantes para a sustentabilidade urbana, rural e ambiental da região, e acima de tudo com a participação efetiva da sociedade na tomada de decisões e acompanhamento efetivo da gestão, ou seja, **transparência** e **controle social**.





## 2. Objetivo:

O objetivo do **Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Municipal (Urbano e Rural)** tem por base a “elaboração de metodologia e de guia para implementação de Planos Diretores Participativo de Desenvolvimento Urbano no Estado de Mato Grosso”, para municípios com população inferior a 20 mil habitantes.

### 2.1. Objetivo Específico

O objetivo específico é o a ser alcançado neste Projeto será o de promover os meios para o acesso universal aos benefícios gerados pelos Planos Diretores Participativos de Desenvolvimento Municipal, para os municípios com população inferior a 20 mil habitantes, em Mato Grosso, com foco na **Economia Verde** – aquela que objetiva contribuir para a transformação equitativa e sustentável das estruturas com a finalidade de **alcançar a sustentabilidade ambiental, a criação de empregos decentes, a redução da pobreza e a melhoria do bem-estar humano**. Assim como oportunizar novos caminhos, melhorando a vida das pessoas através da implementação dos 17 (dezesete) **ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável** e da **Nova Agenda Urbana** da ONU, com ações para acabar com a **pobreza**, promover a **prosperidade** e o **bem-estar** para todos, proteger o **meio ambiente** e enfrentar as **mudanças climáticas**.

#### 2.1.1. Atividade

A atividade de elaborar a metodologia dos Planos Diretores Participativos para os municípios do Estado de Mato Grosso com população inferior a 20 mil habitantes é também uma oportunidade para estabelecer um processo permanente de construir políticas para avaliar ações e corrigir rumos.

Democratizar as decisões é fundamental para transformar o planejamento da ação municipal em trabalho compartilhado entre os cidadãos, bem como para assegurar que todos se comprometam e sintam-se responsáveis e responsabilizados, no processo de implementar o Plano Diretor.

Ele, portanto, indicará os objetivos a alcançar, explicitará as estratégias e instrumentos para atingir os objetivos e oferecerá alguns instrumentos necessários para que estes objetivos sejam cumpridos. Entre eles:

1. Deverá orientar os investimentos estruturais a serem feitos pelos agentes públicos e privados;
2. Deverá definir o papel e atuação de cada agente, de forma pactuada;
3. Deverá prever critérios e formas pelos quais serão aplicados os instrumentos rurais, urbanísticos e tributários, dentre outros;
4. Deverá prever também as ações estratégicas a serem implementadas;

Também se fará necessário e imprescindível:

1. Capacitar os Coordenadores (Arquitetos e Urbanista) locais na metodologia a ser empregada e sobretudo em **Economia Verde** e nos **ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**.
2. Capacitar a equipe técnica da prefeitura e os atores sociais em **Economia Verde** e nos **ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**.

## 2.2. Construir o Plano Diretor: Atividade participativa

O PDPDM apresentará em sua metodologia, entre suas diretrizes, aspectos determinantes para que as demandas comunitárias sejam, de fato, atendidas. No entanto, não é um Plano que pretende intervir diretamente na problemática da infraestrutura urbana e rural por meio de estratégias pré-definidas, construídas exclusivamente pelo poder público e baseadas em relatórios técnicos. Ele apresenta, sobretudo, um caráter orientador e articulador das ações a serem desenvolvidas.

O PDPDM será elaborado e implementado com a participação efetiva dos cidadãos conforme **Plano de Sensibilização/Mobilização/Capacitação**, anexo, que integra esta metodologia de elaboração de Planos Diretores Participativos de Desenvolvimento Municipal.

O processo será conduzido pelo Poder Executivo, entretanto terá o acompanhamento da equipe técnica da **PAGE - Partnership for Action on Green Economy** e do **PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**, articulado com os representantes no Poder Legislativo e em especial, com a efetiva participação da população local (Sociedade Civil).

**Por ser considerado um ato político, inserido num processo participativo, o ato de planejar deve envolver diversos atores sociais.** O planejamento participativo depende da cooperação de diversos segmentos na elaboração do Plano.

Devemos alertar que as potencialidades, fragilidades e condicionantes ao planejamento do Município, deve estar intimamente ligada e relacionada ao processo de **Economia Verde** e ao **Desenvolvimento Sustentável**, procedimento este iniciado pela ONU em 2013, seguindo mandato emanado da Conferência Rio+20, ou seja, aos **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS** que deverão orientar as políticas e as atividades e objetivos a serem alcançados pelo Plano Diretor Participativo, assim como as orientações da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável, que adotou em 2016 a Nova Agenda Urbana — documento que orienta a urbanização sustentável pelos próximos 20 anos.





### 3. METODOLOGIA

Neste capítulo apresentaremos o procedimento para que possamos atingir nossos objetivos, ou seja, promover os meios para o acesso universal aos benefícios gerados pelos **Planos Diretores Participativos de Desenvolvimento Municipal**, para os municípios com população inferior a 20 mil habitantes, em Mato Grosso, com foco na **Economia Verde**, nos **ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável** e da **Nova Agenda Urbana** da ONU.

Consistirá em uma mediação e meditação em relação aos métodos lógicos e científicos (tecnicistas) existentes para elaboração dos atuais Planos Diretores Participativos, cuja referência é o trabalho desenvolvido no MCidades – Ministério das Cidades, e a metodologia proposta aqui, contemplando as várias áreas do saber, em particular as do conhecimento da população local, a Economia Verde, os ODS e a Nova Agenda Urbana.

No decorrer deste trabalho será proposto não seguiu apenas a linha do raciocínio racionalista da ciência contemporânea, pois se trata da territorialidade de diversos municípios com suas características únicas e particularidades, que envolve diretamente o “modus vivendi” do ser humano e seu habitat, o qual requer hábitos de exploração que entrelacem o raciocínio racionalista ativo contemporâneo aos saberes populares.

A valorização da comunidade local, como construtora do seu habitat, no processo de gestão municipal, pode ser entendido ao citar Foucault (2002) que nos revela que as manifestações culturais de uma sociedade são caracterizadas por momentos históricos o qual formam uma estrutura fechada denominada epistême, e que os saberes estão à margem das disciplinas estabelecidas, ou seja, fora do domínio científico (tecnicista) e podem trazer grande contribuição à ciência “se o pesquisador estiver aberto a superar os limites disciplinares estabelecidos pela ciência moderna”.

Nesse aspecto Carvalho (2004, p.116) alega que: “... somos seres de nosso tempo e, por isso, marcados por essa tradição do pensamento ocidental. Tal maneira de pensar o mundo, a qual tem sido denominada de paradigma moderno, entrou em crise justamente por não conseguir responder aos novos problemas teóricos e práticos que permeiam a vida contemporânea, entre os quais os ambientais.” E aqui acrescento o Econômico focado na Economia Verde.

No entanto, percebe-se que a transubjetividade – a indicação da capacidade de representação do mundo externo real (social) – do habitat das comunidades locais desses municípios, possuem uma dicotomia em relação a falta de infraestrutura, sobretudo a do saneamento básico (água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos), levantado preliminarmente no diagnóstico realizado pela parceria FUNASA/UFMT/SECID, em cada um desses 106 municípios com população inferior a 20 mil habitantes, e os recursos públicos alocados pelos gestores do executivo local em resposta a esta questão.

Voltamos a dizer, pela sua importância, que esta proposta metodológica busca incentivar a participação dos diversos atores da sociedade envolvidos ou que desejam envolver-se na **Elaboração e Implementação do Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Municipal** partindo do pressuposto de que cada ator da sociedade pode



colaborar com o seu conhecimento e trabalho, assumindo responsabilidades em prol da melhoria da qualidade de vida de sua comunidade e dos interesses coletivos.

### 3.1. Estratégias de Ação

A capacitação dos Arquitetos e Urbanistas locais que irão coordenar a elaboração dos Planos Diretores Participativos de Desenvolvimento Municipal é imprescindível e precede quaisquer ações.

Considerando ainda, que a capacitação dos técnicos locais e da população para atuação, constitui uma das principais metas do trabalho para que possamos alcançar o objetivo proposto, em particular, os produtos a serem definidos deverão ser elaborados com a participação direta dos técnicos locais e da comunidade. Esta participação dos agentes envolvidos deve ser buscada em todas as etapas do trabalho, sob as formas mais adequadas.

A **Prefeitura**, a **PAGE** e o **PNUD** deverão exercer o papel de mediação dos diversos interesses, cabendo à Prefeitura, por sua vez, a responsabilidade sobre todo o processo, sobretudo no que diz respeito às atividades que envolvam a articulação com a população e os setores sociais envolvidos, assim como com as instituições pertinentes.

Desta forma, todo o processo de acompanhamento dos trabalhos a serem realizados serão coordenados pela Prefeitura, através de uma equipe técnica, que buscará integrar, acionar, estabelecer, gerenciar os principais atores públicos e da sociedade civil que atuarão na consolidação da proposta.

Esta equipe técnica da Prefeitura será constituída através de portaria institucional, cuja função é a implementação do processo de elaboração e implementação do Plano Diretor. Suas principais responsabilidades são:

- a) Coordenar o Processo de elaboração do Plano Diretor;
- b) Elaborar levantamento e estudos técnicos de apoio ao processo de implementação do Plano Diretor;
- c) Assessorar as instâncias municipais na execução das atividades prevista;
- d) Deliberar sobre assuntos relativos ao processo;
- e) Fornecer as informações municipais necessárias à realização dos trabalhos.

A metodologia se baseará em três grandes etapas, quais sejam:

- 1. **Etapla 1 – Proposta Metodológica;**
- 2. **Etapla 2 - Diagnóstico;**
- 3. **Etapla 3 – Estratégias de Ação**

#### 3.1.1. Proposta Metodológica: Conteúdo

Se trata da fase inicial estruturadora das etapas posteriores, norteando os procedimentos a serem adotados em cada uma delas.

### **Atribuições e responsabilidades da PAGE e PNUD nesta etapa:**

- a) Orientar a equipe da Prefeitura Municipal na elaboração das diretrizes gerais da proposta metodológica do Plano Diretor;
- b) Orientar a elaboração junto aos os técnicos da Prefeitura Municipal da Oficina de Capacitação com Técnicos da administração;
- c) Orientar a realização, junto aos técnicos da Prefeitura Municipal, de tantas oficinas quanto forem necessárias para a capacitação dos atores sociais;

### **Atividade I: Capacitação dos Arquitetos e Urbanistas locais.**

Esta atividade deverá ser desenvolvida através de apresentação da proposta metodológica do Plano Diretor, com foco na Economia Verde, nos ODS e na Nova Agenda Urbana.

Compõe esta atividade:

- A realização de 01 (uma) oficina com participação dos Arquitetos e Urbanistas locais

Deverá ser concebido segundo apresentação expositiva do texto, devendo se utilizar:

- De diálogos e recursos audiovisuais na apresentação de conteúdo;
- De discussão e debate, facilitada pela equipe da PAGE/PNUD, acerca dos conteúdos do texto, da elaboração e implementação de forma participativa do Plano Diretor.

### **Atividade II: Reunião Geral para aprovação do texto final da proposta metodológica.**

Esta atividade deverá ser desenvolvida através de apresentação de propostas e votação, volta-se à aprovação da estruturação e desenvolvimento da proposta metodológica do Plano Diretor.

Compõe esta atividade:

- A realização de 01 (uma) reunião com participação do Comitê de Coordenação (CC), do Comitê Executivo (CE), e convite aos conselheiros do Conselho Estadual das Cidades e atores sociais já elencados no **Plano de Sensibilização/Mobilização/Capacitação** (anexo).

Deverá ser concebido segundo apresentação expositiva do texto, devendo se utilizar:

- De diálogos e recursos audiovisuais na apresentação de conteúdo;
- De discussão e debate, facilitada pela equipe da PAGE/PNUD, acerca dos conteúdos do texto, da elaboração e implementação de forma participativa do Plano Diretor.



### 3.1.1.1. Estrutura de coordenação e organização dos trabalhos

#### 3.1.1.1.a. A Criação do Comitê de Coordenação (CC) e do Comitê Executivo (CE).

A metodologia de construção do PDPDM sugere que o Consórcio Intermunicipal crie o Comitê de Coordenação (CC) – Composto por 01 (um) membro de cada município que compõem o Consórcio Intermunicipal no qual o município se insere. Que o poder executivo municipal crie o CE – Comitê Executivo, para propiciar um modelo de planejamento participativo, regional e de caráter permanente.

Entende-se também que estes Comitês são elementos chaves para a interiorização dos produtos a serem gerados na Prefeitura.

Por outro lado, o CC, é o elemento legitimador da articulação dos atores institucionais, quer do Estado, do município e da sociedade civil, na construção das prioridades que resultarão no Plano, elemento importante para as ações de sustentabilidade da participação da sociedade, nas atividades pós-realização do PDPDM.

Destaca-se a importância do conceito da “Economia Verde”, que é um conceito operacional que visa a construção de um modelo sócio-econômico-ambiental com capacidade para assegurar, simultaneamente, o crescimento e desenvolvimento econômico, a melhoria das condições de vida das populações, mais emprego, redução das desigualdades e da pobreza, e a preservação do “capital natural” - o meio ambiente urbano e rural.

As decisões do CC e do CE são necessárias para condução do Plano Municipal de Mobilização Social, razão pela qual ambos devem estar criados para apreciar o presente documento, bem como para, ao realizarem suas atribuições, serem agentes e monitores do processo.

Dentre as atribuições do CE – Comitê Executivo podemos citar: a Coordenação Geral dos trabalhos; Sistematização dos diagnósticos e; Elaboração dos textos finais do Plano Diretor.

Todo o processo está detalhado no **Plano de Sensibilização/Mobilização/Capacitação** (Capítulo 04), que faz parte integrante desta metodologia.

#### **Atividade III: Capacitação dos Técnicos Municipais**

Esta atividade deverá ser desenvolvida através de Oficina. Volta-se à capacitação das equipes de coordenação e gestores municipais em técnicas de sensibilização, envolvimento e de estruturação e desenvolvimento de oficinas para as leituras comunitárias e demais fases do Plano Diretor.

Compõe esta atividade:

- A realização de 01 oficina com carga horária total a ser acordado com o Comitê Executivo (CE).



Deverá ser concebida segundo técnicas de envolvimento, sensibilização e capacitação para o planejamento participativo, devendo se utilizar:

- De aulas expositivas, diálogos e recursos audiovisuais na apresentação de conteúdo teórico;
- De discussão, facilitada pela equipe da **PAGE/PNUD**, acerca da revisão teórica e atualizada sobre elaboração e implementação de forma participativa, consoante orientação do livro **Plano Diretor Participativo: Guia para Implementação pelos Municípios e Cidadãos**, entre outras bibliografias;
- De explanação sobre **Economia Verde**, **ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável** e da **Nova Agenda Urbana**.

### 1. Economia Verde: Programa

Fomentar conceitos, valores e conhecimento aplicado em Empreendedorismo. Mercados potenciais a serem desbravados de forma integrada em seus aspectos econômicos, sociais e ambientais. Agregar valor no posicionamento de profissionais e instituições que buscam ações e projetos alinhados com as premissas e propostas da Economia Verde.

#### 1.1. Objetivo:

Fornecer subsídios para a compreensão e entendimento da Nova Economia que surge em virtude da escassez dos recursos naturais e das ameaças do aquecimento global. Fomentar visão estratégica para uma administração empreendedora e justa, fundamentada pelos princípios e diretrizes da sustentabilidade.

#### 1.2. Tópicos a serem abordados:

- Contextualização histórica e Contemporânea da Economia.
- Empreendedorismo.
- Análise de Mercado Socioeconômico.
- Plano de Negócio.
- Aplicabilidade e Viabilidade.
- Posicionamento e estratégia de Marca.
- Estudo de Casos.
- Mecanismos de Financiamento Público e Privado

### 2. ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: Programa

Os 17 ODS, com suas 169 metas e respectivos indicadores de seguimento, são importantes parâmetros para nortear ações na busca de soluções para problemas sociais e de alternativas para um desenvolvimento mais justo.

Foram instituídos no documento Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, da ONU, em 2015, e vieram para substituir as Metas do Milênio, que guiaram as ações na área social entre 2000 e 2015. Devem guiar as ações macro dos países-membros da ONU, independente das conjunturas nacionais.

## 2.1. Objetivo:

A oficina deverá apresentar exemplos de como ações, em curso ou a serem planejadas, podem ser vinculadas aos ODS, contribuindo, assim, para a sua realização; método e ferramenta para a eficácia, o monitoramento e a avaliação dessas ações.

## 2.2. Tópicos a serem abordados:

- Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
- Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades;
- Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos;
- Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos;
- Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos;
- Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos;
- Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles (no nosso caso, entre os municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal);
- Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
- Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável (em nosso caso, dos rios, lagos e fontes hídricas);
- Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
- Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; e
- Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (em nosso caso, as parcerias Estadual e Federal).

## 3. Nova Agenda Urbana

Um lugar socialmente justo; economicamente vibrante, com oportunidades para todos e segura; e ambientalmente comprometido com os esforços para mitigar as mudanças climáticas, com um estilo de vida harmonioso com a natureza e com capacidade própria para superar adversidades. Essa é a visão ideal de cidade proposta pela Nova Agenda Urbana, ou “Declaração de Quito por Cidades Sustentáveis Para Todos”

### 3.1. Objetivo:

Criar o compromisso político em torno do desenvolvimento urbano e rural sustentável. Além disso, buscará analisar os avanços até o presente momento e definir as prioridades urbanas e rurais locais para os próximos 20 anos.

### 3.2. Tópicos a serem abordados:

- Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana
- Constituição de um espaço de poder;
- A geopolítica das cidades;
- Velhos desafios, novos problemas: há esperança na busca de soluções;
- A diplomacia de cidades; e
- O que esperar da Nova Agenda Urbana.

#### 3.1.1.2. Participação Social

Para garantir a participação de lideranças, instituições e organizações sociais, é imprescindível fazer levantamento preliminar de todas as instituições locais representativas da sociedade civil.

O desafio é o de articular as diversas competências e habilidades específicas de organizações governamentais, não governamentais, associações, grupos organizados e outros, em prol de um processo integrado de reflexão e intervenção nas políticas e ações em prol do Desenvolvimento Urbano e Rural, na elaboração e implementação do Plano Diretor.

Se deve garantir a participação, pelo menos, dos seguintes atores:

- a) Gestores públicos;
- b) Universidades, Centro de Pesquisa e Escolas Técnicas;
- c) Movimentos da sociedade;
- d) Parlamentares;
- e) Agentes comunitários;
- f) Instituições religiosas;
- g) Escolas (públicas e privadas);
- h) Setor privado (indústria, comércio e serviços) e;
- i) Órgãos de controle.

Todo o processo está detalhado no **Plano de Sensibilização/Mobilização/Capacitação** (Capítulo 04), que faz parte integrante desta metodologia.

### **Atividade IV: Capacitação dos atores sociais.**

Esta atividade deverá ser desenvolvida através de Oficinas, volta-se à capacitação dos atores sociais na sensibilização, envolvimento e de estruturação e desenvolvimento do Plano Diretor.

Compõe esta atividade:

- A realização de oficinas, sendo pelo menos uma na área urbana e outra na área rural, com carga horária total a ser discutida com o Comitê Executivo (CE).

Esta atividade deverá ser concebida segundo técnicas de envolvimento, sensibilização e capacitação para o planejamento participativo, devendo se utilizar:

- De aulas expositivas, diálogos e recursos audiovisuais na apresentação de conteúdo teórico;
- De discussão, facilitada pela equipe da **PAGE/PNUD**, acerca da revisão teórica e atualizada sobre elaboração e implementação de forma participativa, consoante orientação do livro **Plano Diretor Participativo: Guia para Implementação pelos Municípios e Cidadãos**, entre outras bibliografias;
- De explanação sobre **Economia Verde, ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável** e da **Nova Agenda Urbana**.

## 1. Economia Verde: Programa

Fomentar conceitos, valores e conhecimento aplicado em Empreendedorismo. Mercados potenciais a serem desbravados de forma integrada em seus aspectos econômicos, sociais e ambientais. Agregar valor no posicionamento de pessoas e sociedade civil que buscam ações e projetos alinhados com as premissas e propostas da Economia Verde.

### 1.1. Objetivo:

Fornecer subsídios para a compreensão e entendimento da Nova Economia que surge em virtude da escassez dos recursos naturais e das ameaças do aquecimento global. Fomentar visão estratégica para uma administração empreendedora e justa, fundamentada pelos princípios e diretrizes da sustentabilidade.

### 1.2. Tópicos a serem abordados:

- Contextualização histórica e Contemporânea da Economia.
- Empreendedorismo.
- Análise de Mercado Socioeconômico.
- Plano de Negócio.
- Aplicabilidade e Viabilidade.
- Posicionamento e estratégia de Marca.
- Estudo de Casos.
- Mecanismos de Financiamento Público e Privado

## 2. ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: Programa

Os 17 ODS, com suas 169 metas e respectivos indicadores de seguimento, são importantes parâmetros para nortear ações na busca de soluções para problemas sociais e de alternativas para um desenvolvimento mais justo.

Foram instituídos no documento Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, da ONU, em 2015, e vieram para substituir as Metas do Milênio, que guiaram as ações na área social entre 2000 e 2015. Devem guiar as ações macro dos países-membros da ONU, independente das conjunturas nacionais.

## 2.1. Objetivo:

A oficina deverá apresentar exemplos de como ações, em curso ou a serem planejadas, podem ser vinculadas aos ODS, contribuindo, assim, para a sua realização; método e ferramenta para a eficácia, o monitoramento e a avaliação dessas ações.

## 2.2. Tópicos a serem abordados:

- Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
- Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades;
- Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos;
- Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos;
- Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos;
- Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos;
- Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles (no nosso caso, entre os municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal);
- Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
- Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável (em nosso caso, dos rios, lagos e fontes hídricas);
- Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;

- Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; e
- Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (em nosso caso, as parcerias Estadual e Federal).

### 3. Nova Agenda Urbana

Um lugar socialmente justo; economicamente vibrante, com oportunidades para todos e segura; e ambientalmente comprometido com os esforços para mitigar as mudanças climáticas, com um estilo de vida harmonioso com a natureza e com capacidade própria para superar adversidades. Essa é a visão ideal de cidade proposta pela Nova Agenda Urbana, ou “Declaração de Quito por Cidades Sustentáveis Para Todos”

#### 3.1. Objetivo:

Criar o compromisso da sociedade em torno do desenvolvimento urbano e rural sustentável. Além disso, buscará analisar os avanços até o presente momento e definir as prioridades urbanas e rurais locais para os próximos 20 anos.

#### 3.2. Tópicos a serem abordados:

- Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana;
- Constituição de um espaço de poder;
- A geopolítica das cidades;
- Velhos desafios, novos problemas: há esperança na busca de soluções;
- A diplomacia de cidades; e
- O que esperar da Nova Agenda Urbana.

#### *3.1.1.3. O Planejamento do Diagnóstico Participativo*

Este item busca evidenciar a importância da realização de diagnósticos participativos para a compreensão da realidade municipal, sob a ótica da população de um determinado município (área urbana e rural), do Consórcio Intermunicipal em que o município se insere (região), e para o direcionamento de intervenções sócio-econômico-ambientais significativas.

Seu conteúdo enfatiza a importância da participação da comunidade em todo o processo e apresenta uma proposta metodológica baseada em temas geradores relacionados à infraestrutura urbana e rural e à realidade das comunidades locais.

Todo o processo está detalhado no **Plano de Sensibilização/Mobilização/Capacitação** (Capítulo 04), que faz parte integrante desta metodologia.

#### 3.1.1.4. Plano de Intervenção Participativo

Esta atividade permeia e compõe os levantamentos de dados e informações necessárias às leituras da cidade relacionadas as questões urbanas, rurais e fundiárias. A sua conformação deverá contemplar na leitura da cidade:

- a) Dotação de Infraestrutura;
- b) Qualidade dos Serviços Públicos;
- c) Políticas Públicas e Programas Sociais e;
- d) Banco de Dados:
  - a. Base Cartográfica;
  - b. Informações sobre uso e ocupação do solo;
  - c. Informações sobre mobilidade e circulação;
    - i. Sistema viário / Circulação;
    - ii. Transporte coletivo;
    - iii. Informações Ambientais;
      - 1. Áreas potenciais de risco para ocupação;
      - 2. Áreas de preservação ambiental e;
      - 3. Carta Geotécnica.
  - d. Informações sobre patrimônio histórico-cultural, paisagístico e arqueológico e;
  - e. Informações socioeconômicas.

Todo o processo está detalhado no **Plano de Sensibilização/Mobilização/Capacitação** (Capítulo 04), que faz parte integrante desta metodologia.

#### 3.1.1.5. O Monitoramento e Avaliação do Processo

Esta atividade volta-se as providências para que os dados levantados deixem de serem apenas insumos dos estudos e passem a compor um **Banco de Dados**. Assim, a execução desta deve ocorrer segundo procedimentos que identifiquem: **fluxos de geração de indicadores; fontes; rotinas; e, periodicidades**, basicamente.

Este deve ser concebido de forma a apresentar uma estrutura capaz de ser alimentada sistematicamente pelos distintos **Sistemas de Informações Municipais**.

##### 3.1.1.5.a. Sistematização das Informações

Após a realização do diagnóstico é necessário sistematizar as informações e fazer uma discussão analítica sobre o panorama obtido.

Nesta etapa estamos propondo as seguintes ações de sistematização das informações:

- a) **Priorização dos Problemas ou das Soluções e;**
- b) **Desenho da Rede de Desafios.**

Todo o processo está detalhado no **Plano de Sensibilização/Mobilização/Capacitação** (Capítulo 04), que faz parte integrante desta metodologia.





### 3.1.2. Diagnóstico

Nesta etapa as providências devem se voltar para reuniões semanais de acompanhamento dos levantamentos dos dados relativos:

- Marcos regulatórios e institucionais;
- Necessidades e custos de atendimento;
- Às análises dos documentos técnicos: deverão ser reavaliadas as informações históricas, sócio-econômicas, culturais, ambientais, de infra-estrutura, caracterizando, principalmente, a inserção regional do município;
- As oficinas que embasarão a leitura comunitária do PDPDM do município, sobre os problemas e sobre o futuro pretendido para a área urbana e rural e;
- Articulação com outros Planos, se existir.

Os trabalhos terão como ponto de partida os resultados das leituras técnicas e comunitárias e, assim, identificar os estudos e levantamentos complementares. Nesse sentido, deve-se rever os registros básicos utilizados nos referidos estudos: legislações, mapas, fotos, tradições transmitidas verbalmente, entre outros.

Após essa fase, fazer uma releitura, conduzindo as análises para a perspectiva integrada, caracterizando a realidade do território.

Será necessária, na releitura comunitária, a realização de oficinas com a aplicação de dinâmicas para obtenção das informações, utilizando linguagem e materiais que propiciem a participação integrada dos segmentos civis presentes. Posteriormente será feita a apresentação das leituras obtidas em audiência pública para validação pela sociedade.

#### **Atividade V: Capacitação dos técnicos Municipais**

Esta atividade deverá ser desenvolvida através de Oficina, volta-se à aprofundamento do nível de informação das equipes de coordenação e gestores municipais em técnicas na estruturação e desenvolvimento dos dados a serem levantados.

Compõe esta atividade:

- A realização de 01 oficina com carga horária total de 8 horas.

Esta atividade será concebida segundo técnicas de envolvimento, sensibilização e capacitação, devendo se utilizar:

- De aulas expositivas, diálogos e recursos audiovisuais na apresentação de conteúdo teórico;
- De discussão, facilitada pela equipe da **PAGE/PNUD**, acerca da coletas e sistematização dos dados disponibilizados.
- De facilitação em grupos para a realização de Planos de Trabalho da etapa.

#### **Atividade VI: Capacitação dos atores sociais.**

Esta atividade deverá ser desenvolvida através de Oficina, volta-se à capacitação dos atores sociais em técnicas na estruturação e desenvolvimento dos dados levantados.

Compõe esta atividade:

- A realização de pelo menos 02 oficinas a saber: 01 na área urbana e pelo menos 01 em cada comunidade rural, com carga horária de 8 horas cada.

Esta atividade será concebida segundo técnicas de envolvimento, sensibilização e capacitação, devendo se utilizar:

- De aulas expositivas, diálogos e recursos audiovisuais na apresentação de conteúdo teórico;
- De discussão, facilitada pela equipe da **PAGE/PNUD**, acerca da coletas e sistematização dos dados disponibilizados.
- De facilitação em grupos para a realização de Planos de Trabalho da etapa.

Esta atividade deverá ser desenvolvida em etapas, conforme o que se segue:

#### *3.1.2.1. Os levantamentos de Informações Estruturadas: Leitura da cidade e do campo.*

Nesta primeira etapa as providências devem se voltar para reuniões com “conhecedores do tema e/ou dos setores de mobilização”, urbanos e rurais, deverão ocorrer para que a construção dos conhecimentos, enriquecido pela vivência dos mesmos sobre a realidade local do município.

Assim, lideranças de associações de produtores, de associações de bairros, agentes comunitários, diretores das escolas das áreas de mobilização rural e da rede municipal urbana, técnicos de extensão rural e outros, serão particularmente motivados para participarem das atividades.

Estas informações, depois de compiladas pelo CE, serão utilizadas para retroalimentar as reuniões de trabalhos e subsidiarem as análises técnicas.

#### **Temas geradores sugeridos:**

##### ***I. Dotação de Infraestrutura***

A deficiência na dotação de infraestrutura de habitação, mobilidade e acessibilidade, à equipamentos comunitários (Hospitais, Escolas, Centros Esportivos, Biblioteca, Praças Públicas, etc...), e outros, podem acarretar impactos sociais que afetam a população urbana e rural de forma direta.

Informações detalhadas sobre a infraestrutura são fundamentais para conhecer as necessidades da comunidade em relação aos serviços urbanos e comunitários e, consequentemente, para traçar um plano de intervenção que possa atender a algumas das demandas diagnosticadas.

É importante para o diagnóstico que os aspectos relacionados à infraestrutura sejam objetos de análise e reflexão. Quanto mais detalhado for o diagnóstico mais elementos e subsídios serão disponibilizados para a elaboração e implementação do plano de intervenção.

## **II. Qualidade dos Serviços Públicos**

Deve-se conhecer de forma detalhada a qualidade dos serviços prestados na localidade para, futuramente, poder traçar um plano de intervenção que possa minimizar ou atender as demandas da comunidade em relação aos serviços de infraestrutura.

A dotação de infraestrutura e a prestação de serviços de qualidade são direitos da população, integrantes das políticas públicas, e devem atender as necessidades locais e as exigências da legislação.

## **III. Políticas Públicas e Programas Sociais**

O levantamento das políticas públicas e dos programas sociais contribui para o planejamento das ações de grupos e instituições que pretendam conduzir processos que integrem a área.

Conhecer as possibilidades de acesso aos programas, projetos e ações dos governos federal, estadual ou municipal pode representar o início de articulações potencialmente frutíferas.

A articulação com as diferentes políticas setoriais fortalece o enfrentamento da problemática sócio-econômico-ambiental associada a infraestrutura, uma vez que elas têm ligação direta com a melhoria das condições de vida da população.

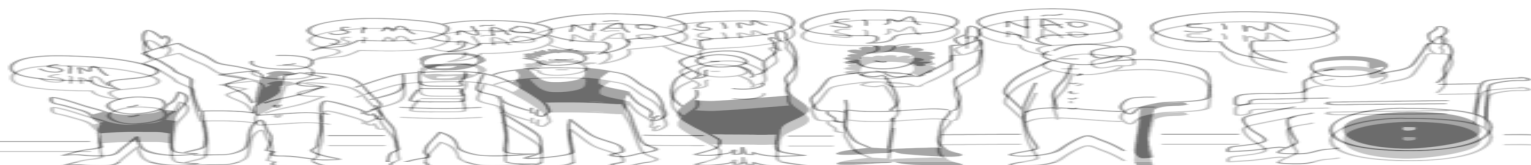
## **IV. Banco de Dados:**

Esta atividade permeia e compõe os levantamentos de dados e informações necessárias às leituras da cidade relacionadas as questões urbanas e rurais. A sua conformação deverá contemplar:

### **1. Base Cartográfica:**

A base de trabalho cartográfica e as imagens da cidade e da área rural, que servirão para montagem das cartas, deverá ser constituída conforme o que se segue:

- **Áreas Rurais:** Imagem de satélite e base cartográfica, preferencialmente na escala indicada de 1:20.000, (ou outras, a serem discutidas com a coordenação), com os seguintes elementos mapeados: uso do solo - macro; fragmentos de florestas nativas e ou em estágios avançados de regeneração; hidrografia (rios, reservatórios, barragens e açudes); malha viária principal; divisas municipais e distritais.
- **Áreas Urbanas:** Imagem de satélite e base cartográfica das áreas urbanas na escala preferencial de 1:5.000 (ou outras, a serem discutidas com a coordenação) com os seguintes elementos mapeados: vias de acesso (malha viária); hidrografia; vegetação; uso do solo (áreas antrópicas, industriais, urbanas e pastos).



## 2. Informações sobre uso e ocupação do solo:

No que tange a ocupação do solo o levantamento deverá observar, no mínimo:

- Implantação das edificações nos terrenos;
- Intensidade de utilização dos lotes;
- Proporção entre espaços construídos e abertos;
- Recuos, afastamentos e gabaritos;
- Tipologia de construção predominante na cidade;
- Ocupação em áreas de riscos iminentes;
- Problemática de verticalização no solo;
- Distribuição espacial da população: áreas de alta densidade de ocupação (aglomerações de prédios altos), bairros populares, bairros de melhor padrão construtivo, favelas, áreas de invasão, setores da cidade excessivamente adensados, vazios urbanos;
- Áreas de interesse histórico ou cultural;
- Áreas verdes necessárias às atividades de lazer e ócio;
- Estrutura fundiária - parcelamentos irregulares;
- Loteamentos aprovados e não implantados;
- Perímetro urbano legal e perímetro da zona de expansão urbana;
- Principais estradas vicinais, destacando trechos problemáticos, entre outros fatores;
- Áreas agrícolas, tipos de culturas;
- Comunidades rurais;
- Assentamentos rurais e outras informações.

## 3. Informações sobre mobilidade e circulação:

Deverão ser levantados, no mínimo:

### ***a. Sistema viário / Circulação***

- Infraestrutura viária deficitária (condições de pavimentação);
- Deficiência no transporte coletivo rural e urbano;
- Adensamento demográfico incompatível com o viário;
- Condições de segurança para o trânsito de ciclistas/demanda;
- Outros.

### ***b. Transporte coletivo***

- Itinerários de ônibus do serviço público;
- Áreas servidas por ônibus;
- Pontos de táxi ou lotação;
- Problemas relativos à Insuficiência do serviço, periodicidade, superlotação, etc.

### ***c. Informações Ambientais***

No levantamento das informações deve-se considerar, no mínimo:



## I. Áreas potenciais de risco para ocupação

- Áreas inundáveis;
- Áreas de alta declividade (acima de 30%);
- Erosão.

Nas áreas de risco, já ocupadas, deve ser pesquisado o número de famílias em situação de maior e/ou menor risco iminente, de modo que possa estabelecer parâmetros para o planejamento de ações de regularização fundiária.

No que tange ao Plano Diretor, especificamente, essas áreas deverão ser tratadas como poligonais (zonas de especial interesse social) objeto de um projeto específico.

## II. Áreas de preservação ambiental

- Áreas previamente estabelecidas em lei ou necessárias à proteção de mananciais;
- Áreas com vegetação de porte ou locais notáveis pela paisagem;
- Pontos estratégicos de poluição ou perigo:
  - Pontos de lançamentos de esgoto não tratado;
  - Depósito de lixo;
  - Indústrias poluentes;
  - Depósitos de explosivos ou inflamáveis;
  - Outros.

## III. Carta Geotécnica<sup>1</sup>

Elemento basilar das ações a serem realizadas de infraestrutura no município. A avaliação de sua utilização no planejamento urbano, rural, ambiental e de gestão de problemas imediatos permite distinguir três níveis de aplicação:

- Subsídios à formulação de políticas:
  - De Desenvolvimento Urbano e Rural, notadamente na elaboração do Plano Diretor;
  - De Ocupação Territorial e Meio Ambiente, em especial a Legislação de Uso e Ocupação do Solo;
  - De abastecimento de água, tendo em vista que a realidade dos municípios com população inferior a 20 mil habitantes, elencadas no diagnóstico (parte 01 deste trabalho), aponta para a utilização disseminada de sistema de abastecimento isolado através de poços;
  - De esgotamento sanitário quanto à favorabilidade ou não da adoção de sistemas isolados como fossas sépticas;
  - De Limpeza Urbana quanto ao sistema de tratamento e localização de aterros sanitários.

<sup>1</sup> Anna Regina FEUERHARMME, José Antônio Lemos dos SANTOS, Prudêncio RODRIGUES - Aplicação da carta geotécnica de Cuiabá. Rev. IG. São Paulo, Volume Especial 1995.



- Subsídios a pareceres técnicos:
  - Quanto à localização de atividades extrativas não previstas em legislação, ex.: argila, areia de goma, areia lavada e cascalho;
  - Quanto à localização de empreendimentos de parcelamento do solo, observando a favorabilidade ou não de ocupação de determinadas áreas.
- Subsídios a estudos técnicos:
  - De expansão do perímetro urbano;
  - De localização de equipamentos, como por exemplo cemitérios;
  - De localização de loteamentos e habitações populares efetuadas pelo Poder Público Municipal;
  - De localização de equipamentos comunitários como, por exemplo, escolas e outros.

#### ***d. Informações sobre patrimônio histórico-cultural, paisagístico e arqueológico***

Levantar os registros e locais de imóveis tombados ocupados e não ocupados. Este levantamento deve ser espacializado, em plantas com escala adequada, tendo como referências aerofotos e bases cartográficas municipais. Importa, também, ao levantamento de imóveis tombados, considerarem as condições físicas e necessidades de restauração.

Identificar ainda as áreas verdes disponíveis ou onde estas se fazem necessárias ao atendimento das atividades de lazer e ócio dos cidadãos.

#### ***e. Informações socioeconômicas***

As informações socioeconômicas deverão se levantadas para embasar as análises dos seguintes temas:

- Geração de valor: emprego e renda, produção, finanças públicas;
- Oferta de serviços públicos: saúde, educação, segurança;
- Infraestrutura: transporte, energia, saneamento, habitação;
- Desenvolvimento humano: IDH;
- Dinâmica demográfica: caracterização e distribuição da população e seus movimentos, projeção populacional prevista pelo IBGE para o município em aproximadamente 10 (dez) anos.

#### **Atividade VII: Capacitação dos Técnicos Municipais**

Esta atividade deverá ser desenvolvida através de Oficina. Volta-se à aprofundamento do nível de informação das equipes de coordenação e gestores municipais em técnicas na estruturação e desenvolvimento dos dados levantados.

Compõe esta atividade:

- A realização de 01 oficina com carga horária total de 8 horas.



Esta atividade será concebida segundo técnicas de envolvimento, sensibilização e capacitação, devendo se utilizar:

- De aulas expositivas, diálogos e recursos audiovisuais na apresentação de conteúdo teórico;
- De discussão, facilitada pela equipe da PAGE/PNUD, acerca da coletas e sistematização dos dados disponibilizados.
- De facilitação em grupos para a realização de Planos de Trabalho da etapa.

#### **Atividade VIII: Capacitação dos atores sociais.**

Esta atividade deverá ser desenvolvida através de Oficina. Volta-se à capacitação dos atores sociais em técnicas na estruturação e desenvolvimento dos dados levantados.

Compõe esta atividade:

- A realização de 01 oficina, com carga horária total de 8 horas.

Esta atividade será concebida segundo técnicas de envolvimento, sensibilização e capacitação, devendo se utilizar:

- De aulas expositivas, diálogos e recursos audiovisuais na apresentação de conteúdo teórico;
- De discussão, facilitada pela equipe da PAGE/PNUD, acerca da coletas e sistematização dos dados disponibilizados.
- De facilitação em grupos para a realização de Planos de Trabalho da etapa.

### **3.1.3. Estratégias de Ação**

Se trata da fase em que se discutem as ações a serem implementadas cuja base foram os diagnósticos da etapa anterior, que nortearão os procedimentos a serem adotados.

#### **Atribuições e responsabilidades da PAGE e PNUD nesta etapa:**

- a) Orientar a equipe da Prefeitura Municipal nas atividades técnicas com técnicos da administração para discutir/construir o Plano de Ação;
- b) Orientar a equipe da Prefeitura Municipal nas atividades com representantes da população para discutir/construir o Plano de Ação;
- c) Orientar a equipe da Prefeitura Municipal na elaboração dos textos finais do Plano Diretor e Leis municipais necessárias;
- d) Orientar a elaboração junto aos técnicos da Prefeitura Municipal da audiência pública para apresentação final dos trabalhos.

Esta atividade deverá ser desenvolvida através de apresentação de propostas e votação, volta-se à aprovação da estruturação do Plano de Ação.

Compõe esta atividade:

- A realização de 01 (uma) reunião com participação do Comitê de Coordenação (CC), do Comitê Executivo (CE), e convite aos conselheiros do Conselho Estadual das Cidades e dos atores sociais.

Deverá ser concebido segundo apresentação expositiva do texto, devendo se utilizar:

- De diálogos e recursos audiovisuais na apresentação de conteúdo;
- De discussão e debate, facilitada pela equipe da PAGE/PNUD, acerca dos conteúdos do texto, da elaboração e implementação do Plano de Ação.

#### **Atividade IX: Atividades Técnicas com técnicos da administração**

Esta atividade volta-se as providências para que os dados levantados deixem de serem apenas insumos dos estudos e passem a compor um Banco de Dados. Assim, a execução desta deve ocorrer segundo procedimentos que identifiquem: fluxos de geração de indicadores; fontes; rotinas; e, periodicidades, basicamente.

Este deve ser concebido de forma a apresentar uma estrutura capaz de ser alimentada sistematicamente pelos distintos Sistemas de Informações Municipais, que também deve ser previsto quando se definir o Sistema de Planejamento e Gestão, na execução da **Etapa 3 – Estratégias de Ação**.

Assim, os levantamentos que se constituem providências da leitura da cidade, deverão ser organizados de forma a constituir bases específicas de informações capazes de serem atualizadas sistematicamente, formando uma estrutura de avaliação e controle de resultados das políticas aplicadas.

#### **Atividade X: Atividades com representantes da população para discutir/construir o Plano de Ação**

Esta atividade volta-se as providências para a participação efetiva dos atores sociais na formulação do texto final do Plano Diretor, e parcerias com o poder público.

#### **METODOLOGIA:**

Realizar 1 (uma) Oficina, para consolidar o desenho da estrutura adequada a participação efetiva e as contribuições da sociedade nos sistemas de planejamento e gestão municipal, para fortalecer a gestão democrática que se busca.



### *3.1.3.1. Definição dos Instrumentos Urbanísticos a serem aplicados e pactuação das propostas*

Nesta etapa os trabalhos se voltarão para definição dos instrumentos legais para implementação das ações que deverão trazer benefícios para a população cujo foco tem como base a “**Economia Verde**”, os **ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável** e da **Nova Agenda Urbana**.

#### **METODOLOGIA:**

Realização de reuniões semanais com todos os atores do processo, para debate e escolha das ferramentas de intervenção urbana e rural mais adequadas a cada situação dos levantamentos da **Etapa 2 – Diagnóstico**.

À definição dos instrumentos deverão ser gerados:

- 1) Como consequência da realização das Oficinas e de 01 (uma) Conferência Municipal e seus correspondentes relatórios, identificando os instrumentos escolhidos e a serem aplicados, cujos conteúdos deverão conter:
  - a. Texto técnico explicitando a metodologia utilizada;
  - b. Registro do processo, com fotos, demonstrando a dinâmica dos trabalhos;
  - c. Avaliação do processo submetida aos participantes; e
  - d. Listas de presença;
- 2) Documento explicitando os instrumentos definidos e minutas de lei de implantação no município, com o detalhamento e especificações necessárias a cada instrumento.

### *3.1.3.2. Textos do Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Municipal*

#### **Formulação do Anteprojeto de Lei do PDPDM:**

Esta etapa consolida toda as atividades constituindo a síntese, na forma legislativa, das propostas, objetivos e estratégias discutidos e pactuados pelo poder público e sociedade civil, contendo a proposta da elaboração e implementação do Plano Diretor do município.

#### **Metodologia:**

Realização de reuniões para debate e elaboração do Projeto de Lei. Realização de 2 (duas) audiências públicas, para apresentação dos projetos a sociedade e aprovação dos mesmos.

### *3.1.3.3. Capacitação para implementação do Plano Diretor:*

Após a elaboração do Plano Diretor, várias iniciativas precisam ser consideradas:

1. A sua operacionalização legal, através da implementação dos instrumentos propostos com as minutas das Leis elaboradas;
2. A consolidação dos Sistemas de Planejamento e Gestão embasados nos Sistemas de Informações necessários;
3. As revisões periódicas a serem efetivadas, atendendo ao que determinaram o Projeto de Lei;

**Metodologia:**

Esta etapa se concretizará através de 1 (um) minicurso de implementação de Plano, Planejamento e Gestão de Cidades, com ênfase na política urbana e regularização fundiária.



## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

### 4.1. Resumo do Escopo dos Serviços:

FASES DA ELABORAÇÃO DO PDPDM	ATIVIDADES	PRODUTOS RELACIONADOS
Formação dos Comitês e Grupo de Trabalho	Composição do Comitê de Coordenação, Comitê Executivo e do grupo de trabalho municipal	Cópia do ato público do Poder Executivo Municipal (Decreto ou Portaria, por exemplo), com definição dos membros.
Plano de Sensibilização/Mobilização/Capacitação	Elaboração do documento de planejamento da mobilização social prevendo as atividades de participação social que serão executadas durante as fases do PDPDM	Plano de Sensibilização/Mobilização/Capacitação
	Início das atividades de produção do sistema de informações para auxílio à tomada de decisão	Relatórios mensais simplificados do andamento das atividades desenvolvidas
Diagnóstico Técnico-Participativo	Elaboração do diagnóstico completo da cidade no enfoque técnico, paralelamente ao diagnóstico participativo com levantamento das percepções sociais sobre a área urbana e rural.	Relatório do diagnóstico técnico-participativo
	Compilação e armazenamento de informações levantadas, utilizando o sistema de informações para auxílio à tomada de decisão	Relatórios mensais simplificados do andamento das atividades desenvolvidas
Prospectiva e Planejamento Estratégico	Elaboração da prospectiva estratégica compatível com as aspirações sociais e com as características econômico-sociais-ambientais do município	Relatório da prospectiva e planejamento estratégico
	Compilação e armazenamento de informações produzidas, utilizando o sistema de informações para auxílio à tomada de decisão.	Relatórios mensais simplificados do andamento das atividades desenvolvidas
Programas, Projetos e Ações	Detalhamento das medidas a serem tomadas por meio da estruturação de programas, projetos e ações específicas para cada eixo da política urbana e rural, hierarquizadas de acordo com os anseios da população com enfoque na Economia Verde, nos ODS e na Nova Agenda Urbana.	Relatório dos programas, projetos e ações
	Compilação e armazenamento de informações produzidas utilizando o sistema de informações para auxílio à tomada de decisão.	Relatórios mensais simplificados do andamento das atividades desenvolvidas.









## 5. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR - 9649: **Projeto de Redes Coletoras de Esgoto Sanitário**. São Paulo, 1986.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Guia para a elaboração de planos municipais de saneamento básico**, 2006.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Programa de Modernização do Setor Saneamento (PMSS). Instrumentos das políticas e da gestão dos serviços públicos de saneamento básico** / Cood. Berenice de Souza Cordeiro – Brasília: Editora, 2009. (Lei Nacional de Saneamento Básico: perspectivas para as políticas e gestão dos serviços públicos).

BRASIL / FUNASA. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de Saneamento**.

DEA/MMA - Ministério do Meio Ambiente - Departamento de Educação Ambiental.

JUNQUEIRA, L. A. P. (2004). **A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. Saúde e Sociedade**, 13(1), 25-36. Recuperado em 7 setembro, 2011, de <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n1/04.pdf>.

KNOX, J. (2012), **Report of the Independent Expert on the Issue of Human Rights Obligations Relating to the Enjoyment of a Safe, Clean, Healthy and Sustainable Environment** – Mapping Report, a/hrc/25/53, Human Rights Council.

LINO, ANTONIO. **Mobilização Social**. São Paulo: Museu da Pessoa, 2008. Disponível em: <http://www.museudapessoa.net> Acesso em: 18/12/2018.

PLANSAB - **Plano Nacional de Saneamento Básico**. Brasília, Min. das Cidades, 2013, 173p.

PMSB, **Relatório Técnico do Plano Municipal de Saneamento Básico**. Organizado por Eliana Beatriz Nunes Rondon Lima, Paulo Modesto Filho e Rubem Mauro Palma de Moura. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2018.

SANTOS, M. **Urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993. VILLAÇA, F. Uma contribuição à história do planejamento urbano no Brasil. In: DEAK, C.;

SCHIFFER, S. (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999.

SEPLAN – MT. **Plano de Desenvolvimento MT + 20**. Cuiabá (sem data, Governado Blairo Maggi), caixa com 11 cadernos com os Planos Regionais.

TEIXEIRA, L., MAC DOWELL, M.C. e BUGARIN, M. **Séries de Textos para Discussão. Incentivos em Consórcios Intermunicipais de Saúde: Uma Abordagem de Teoria dos Contratos**. Brasília, 2002. Texto